



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005613-43.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**  
 Requerente: **José Francisco da Cunha**  
 Requerido: **BV Financeira S/A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

**JOSÉ FRANCISCO DA CUNHA** ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c indenizatória contra **BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, alegando, em síntese, estar sofrendo descontos indevidos em seu benefício previdenciário decorrentes de contratos de empréstimos que teriam sido firmados com a requerida; ocorre que jamais solicitou tais empréstimos, tampouco autorizou os mesmos. Em razão disso, requer a procedência da ação para fins de declaração de inexistência de relação jurídica decorrente dos empréstimos apontados, a repetição em dobro do indébito, o ressarcimento dos prejuízos morais suportados. Pediu, ainda, a concessão de liminar para suspender os descontos em seu benefício previdenciário.

Foram concedidos os benefícios da assistência judiciária e adiada a apreciação da tutela provisória de urgência (fls. 27).

Devidamente citada, a ré apresentou contestação a fls. 31/43, para sustentar, em resumo, que houve prescrição e que um dos contratos não foi firmado com a requerida; aduziu que não há que se falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em irregularidade na cobrança. Impugna os pedidos indenizatórios. Pede a improcedência da ação.

O autor se manifestou sobre a contestação (fls. 61/65).

Manifestação da ré a fls. 76/93.

É o relatório.

**Fundamento e Decido.**

O feito comporta julgamento antecipado do pedido nos termos do art. 355, I, do CPC.

A ação é parcialmente procedente.

Primeiramente, há que se reconhecer que o contrato de 25/04/2013, no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

valor de R\$1.431,56 não foi firmado com a ré, mas com terceira pessoa, o Banco Daycoval (fls. 21); dessa forma, a requerida não possui responsabilidade sobre o mesmo.

Já com relação ao contrato firmado em 07/09/2016, no valor de R\$2.687 (fls. 21), não ocorre a prescrição trienal suscitada pela ré, haja vista que os descontos se iniciaram em agosto de 2016 (fls. 21); em relação a esse contrato a ré possui responsabilidade pelos descontos indevidos no benefício previdenciário do autor. Com efeito, o autor não era obrigado a fazer prova de fato negativo. Isto é, de que não realizou negócio com a requerida. A prova da contratação, à evidência, competia à demandada, que sustenta a existência de liame contratual com o demandante.

No caso, a contestante não comprovou, como lhe competia, que houve a alegada contratação. A defesa não trouxe documentos que comprovariam a legitimidade dos descontos, ou sequer a relação contratual entre as partes decorrentes dos mesmos, sendo patente que o documento juntado a fls. 57 não se presta a tal fim, pois, seus dados são diversos do contrato mencionado em fls. 21 e 23, seja em relação ao valor do empréstimo, seja com relação ao número de parcelas.

Cumpria à empresa ré ter demonstrado o contrário das alegações do autor, encargo processual, todavia, não desincumbido pela mesma (CPC, art. 373, inciso II; CDC, art. 6.º, inciso VIII), não juntando qualquer documentação apta a demonstrar a validade da suposta relação jurídica, apesar de intimada para tanto (fls. 71).

No mais, da análise dos autos, depreende-se que a hipossuficiência de ordem técnica do autor em face da ré é patente, uma vez que não há dúvida de que a requerida é portadora das informações e documentos indispensáveis ao real esclarecimento dos fatos, neste caso, a origem do débito impugnado. Desta forma, estando presente o desequilíbrio entre as partes no que se refere à disponibilidade das provas, impõe-se seja determinada a inversão do ônus da prova.

Assim, verossímil a alegação do autor, de modo a justificar a declaração de inexistência da contratação que ensejou os descontos indevidos. Por consequência, patente a negligência com que agiu a ré.

Dessa forma, restou incontroversa a inexistência de relação negocial entre as partes com relação à legitimidade dos descontos narrados. Portanto, imperiosa a condenação da requerida ao ressarcimento das parcelas descontadas do benefício previdenciário do autor, no valor de R\$3.372,60, conforme cálculos não impugnados (fls. 03), e à indenização dos danos morais sofridos.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**3ª VARA CÍVEL**
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A jurisprudência se pacificou no sentido de que caracteriza dano moral ao consumidor a ocorrência de contratação e as consequentes cobranças indevidas, em razão de responsabilidade pelo fato do serviço. Além de o serviço prestado pelo banco ter sido defeituoso, o evento danoso que é o próprio dano moral afirmado pelo autor também se caracterizou. A privação inesperada e indevida de ativos corrói o ânimo do correntista que teve que se valer do Judiciário para restabelecer o seu direito subjetivo, dando ensejo ao dano moral. Nesse sentido:

*“INDENIZAÇÃO CONTRATO BANCÁRIO - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FRAUDULENTO DESCONTO DE VALOR EM CONTA-CORRENTE DESTINADA A RECEBER APOSENTADORIA DANO MORAL CONFIGURADO INDENIZAÇÃO DEVIDA MONTANTE ADEQUADO RECURSO IMPROVIDO.”* (Apelação nº 1009200-16.2014.8.26.0554; Relator(a): Matheus Fontes; Comarca: Santo André; Órgão julgador: 22.ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/06/2015; Data de registro: 13/01/2016).

A indenização do dano moral deve seguir dois critérios principais: (i) o compensatório, que visa não a indenizar, uma vez que a lesão à dignidade humana não pode simplesmente ser desfeita, mas a anestesiar a lesão causada ao bem jurídico; e (ii) o pedagógico, com finalidades preventiva e inibitória. Nessa linha, tomados os padrões acima referidos, as peculiaridades do caso concreto, e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, fixo a indenização por danos morais no patamar de R\$6.000,00 (seis mil reais).

Por outro lado, não procede o pedido de devolução em dobro, uma vez que não ficaram configuradas as situações previstas nos artigos 940 do Código Civil e 42, parágrafo único do CDC. A devolução dos valores indevidamente descontados pelo réu do benefício previdenciário da autora será feita de maneira simples, pois não comprovada a má-fé da instituição financeira. Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRÁTICA ABUSIVA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO RECLAMO PARA, DE PRONTO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE DETERMINAR A REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE FORMA SIMPLES. INSURGÊNCIA DA AUTORA. 1. Conforme orientação jurisprudencial consolidada por esta Corte, a repetição em dobro do indébito, prevista no artigo 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor, o que não ficou configurado na hipótese. 2. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 530594 RJ 2014/0139197-9, T4, Relator: Ministro Marco Buzzi, Data da Publicação: 30/03/2015)".*

Por derradeiro, o pedido de tutela de urgência para que os lançamentos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

referentes aos descontos indevidos fossem suspensos ficou prejudicado, uma vez que as parcelas já foram debitadas (fls. 21).

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência da relação jurídica que ensejou os descontos de 22 parcelas, no valor de R\$123,41 cada uma (fls. 21), bem como para condenar a requerida ao pagamento, em favor do autor, da importância de R\$3.372,60 (três mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), atualizada desde a data do ajuizamento da ação e acrescida de juros moratórios legais de 1% ao mês, a contar da citação.

Condeno a ré, ainda, ao pagamento, em favor do autor, da importância de R\$6.000,00, (seis mil reais), a título de danos morais, atualizada desde a data desta sentença e acrescida dos juros da mora de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, § 1.º, do Código Tributário Nacional), desde a citação.

Tendo o autor decaído da menor parte do pedido, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% do valor atualizado da condenação. Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326 do E. STJ).

A ré deverá recolher o valor devido à CPA (fls. 48/56), no prazo de 15 dias, sob as penas da lei.

**P.I.**

Araraquara, 06 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**